



Cartilha
de práticas
pedagógicas

A Confederação do Equador: uma breve história de um movimento revolucionário

BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA



Cartilha
de práticas
pedagógicas

A Confederação do Equador: uma breve história de um movimento revolucionário

BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Equipe Técnica

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - SEDE
Tarcia Regina da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - SUPEFI
Rodrigo César Barroncas Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL
Companhia Editora de Pernambuco - Cepe

SOBRE O AUTOR

Bruno Augusto Dornelas Câmara: Professor adjunto do curso de licenciatura em História da Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Garanhuns. É docente permanente do Programa de mestrado profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas – PROCADI/UPE e colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. É membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHG.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Câmara, Bruno Augusto Dornelas

A confederação do Equador : uma breve história de um movimento revolucionário / Bruno Augusto Dornelas Câmara. -- Recife, PE : Secretaria de Educação e Esportes, 2024. -- (Cartilha de práticas pedagógicas : ensino fundamental)

Bibliografia.

ISBN 978-65-85999-06-9

1. História (Ensino fundamental) 2. História do Brasil I. Título. II. Série.

24-208934

CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino fundamental 372.89

Tábata Alves da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9253

Impresso no Brasil 2024
Foi feito o depósito legal

Sumário

Para início de conversa	4
Capítulo 1	
Que história é essa?	6
1.1 A Revolução de 1817	10
1.2 A Revolução Liberal do Porto	13
1.3 A independência do Brasil	15
1.4 As relações do imperador com Pernambuco	18
1.5 A Confederação do Equador	20
Capítulo 2	
Alguns personagens da Confederação do Equador	26
2.1 Frei Joaquim do Amor Divino (Frei Caneca)	26
2.2 Manoel de Carvalho Paes de Andrade	28
2.3 Agostinho Bezerra Cavalcante e Souza	28
2.4 Emiliano Felipe Benício Mundurucu	30
2.5 O africano liberto Francisco Antônio da Costa	32
Referências bibliográficas	34



Exército do Império do Brasil ataca as forças confederadas no Recife, em 1824. Fonte: Wikimedia Commons

Para início de conversa

Caros leitores, em 2024, são comemorados os 200 anos da Confederação do Equador, movimento que abalou parte do que hoje consideramos Nordeste brasileiro e que teve como centro irradiador a província de Pernambuco. Para celebrar essa efeméride, a presente cartilha se destina aos professores e professoras que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A intenção deste material é aprofundar ainda mais os seus conhecimentos sobre os acontecimentos de 1824 e servir também como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizado da História. A elaboração desta cartilha visa atender a uma demanda específica relativa a um conteúdo que é brevemente pontuado nos livros didáticos, considerando as especificidades locais do ensino da História em Pernambuco. Não custa lembrar que o ensino dessa disciplina tem um papel importante na formação do cidadão, possibilitando que a sociedade do passado e os sujeitos no tempo sejam compreendidos de forma crítica. Então, será um prazer contar um pouco dessa história que tanto fascinou gerações de historiadores. O texto é acompanhado de informações adicionais para aprofundamento, em atenção à curiosidade dos mais interessados.



FIQUE ATENTO/A

A Confederação do Equador é conteúdo importante para a formação da identidade política e social do povo pernambucano. Os alunos têm contato com o assunto no 8º ano do Ensino Fundamental e no 2º ano do Ensino Médio, quando se discute a Independência do Brasil, o Primeiro Reinado (1822-1831), o difícil processo de construção do Estado Nacional, e as tensões e conflitos ao longo do Brasil Império (1822-1889).

Esses conteúdos colaboram com o desenvolvimento das seguintes habilidades, relacionadas à competência 1 no ensino de História, proposta pela BNCC para o Ensino Fundamental: **EF08HI15** “identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado”; **EF08HI16** “identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado”; e **EF08HI17** “relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império”. No que se refere às Competências Específicas de História para o Ensino Fundamental Anos Finais, é possível articular o tema com a 4: “Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”.

Para o Ensino Médio, os eventos de 1824 podem ser relacionados à Competência Específica 2: “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder”, sobretudo no desenvolvimento da habilidade **EM13CHS101**, “analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais”. Assim, o aluno poderá entender que, enquanto alguns grupos apoiaram a implantação da Constituição de 1824, outros se revoltaram. Os interesses dos grupos políticos divergiam entre si em relação ao futuro da jovem nação. Eventos como a Confederação do Equador são importantes para perceber a emergência de novos sujeitos sociais na história do Brasil, como escravizados, libertos, homens livres pobres, indígenas, etc. Esses são construtores de sua própria história e não vítimas passivas da sociedade. Apesar de sua relevância, a Confederação do Equador aparece, em geral, de forma pontual e pouco aprofundada nos livros didáticos.



1

Que história é essa?

A Confederação do Equador foi um movimento político que, entre julho e setembro de 1824, buscou implantar uma república, nos moldes federalistas, e teve como epicentro a província de Pernambuco, congregando para o levante também as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A Confederação do Equador representou um dos primeiros movimentos de contestação à ordem centralizadora imposta pelo imperador Dom Pedro I. Em 25 de março de 1824, o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, um texto liberal, mas com forte traço centralizador. As discordâncias foram grandes e, cerca de três meses depois, estourava o movimento revolucionário em Pernambuco.

A propagação de ideias com cores republicanas e federalistas nos jornais *Typis Pernambucano*, de Frei Caneca, e *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata, ambos publicados no Recife, embalsam novamente os sonhos dos antigos revolucionários de 1817, agora com a nova roupagem de confederados. Porém, o sonho de um governo autônomo, apesar dos esforços, durou pouco: foram violentamente reprimidos aqueles que pegaram em armas contra o governo. Prisões e execuções públicas deram o tom autoritário do que seria o Primeiro Reinado (1822-1831). Saíram vitoriosas a concepção de política unitária e a posição do Rio de Janeiro como centro do poder. Os anseios por uma federação só viriam a se tornar realidade com a Proclamação da República em 1889 e a Carta Constitucional de 1891. Mesmo derrotada, lições importantes foram tiradas daquele movimento revolucionário de 1824.

Para compreender os eventos ocorridos em 1824 é preciso voltar um pouco no tempo, não só nas tensões do momento pós-independência, mas nos anos que os antecederam, a começar com a chegada da família real, em 1808, e a reconfiguração do cenário político da antiga colônia portuguesa. As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela influência das ideias libertárias



contidas no pensamento ilustrado dos iluministas e pelo próprio contexto de desagregação dos impérios coloniais no Novo Mundo. Por outro lado, a escravidão e os interesses da agricultura e do comércio ligados ao tráfico de escravizados serviram como elemento de retenção, impedindo, muitas vezes, a concretização de projetos políticos mais vanguardistas.

O que veio a ocorrer em Pernambuco nas duas primeiras décadas do século XIX foi algo pontual, com características próprias, mas que não deixa de estar relacionado com o que se passava no mundo em fins do século XVIII e início do XIX. Três eventos de grande magnitude devem ser destacados aqui: a Independência dos Estados Unidos (1775–1783), um movimento contestatório à ordem colonial inglesa promovido por uma elite branca e rural; a Revolução Francesa (1789–1799), um movimento que modificou a configuração política das monarquias europeias e que, além da participação das massas, fez surgir uma nova forma de luta partidária; e, por fim, a Independência do Haiti (1791–1804), um movimento que teve como ponto de partida uma rebelião de escravizados, com ampla ressonância nos territórios escravistas das Américas. Esses três acontecimentos tiveram significativo impacto no cenário político latino-americano.

Não bastasse isso, as famosas ideias francesas (diga-se de passagem, não só surgidas na intelectualidade francesa, mas as do Iluminismo de uma forma geral) circulavam em Pernambuco e em outras capitanias. Essas ideias chegavam aqui através dos filhos das elites que estudavam no exterior; circulavam nos portos, entre as pessoas que viviam da vida marítima e do comércio portuário (não custa lembrar que o açúcar e o algodão circulavam pelo mundo, como comércios de dimensões mundiais). Além do mais, a própria Abertura dos Portos, em 1808, facilitou muito esse acesso ao pensamento ilustrado, com a chegada de embarcações de outras nações europeias e a circulação de livros clandestinos. As lojas maçônicas também tinham sua importância na difusão do pensamento iluminista e liberal. A maior referência do pensamento ilustrado em Pernambuco foi Manuel Arruda Câmara, membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que fundou as Academias do Paraíso e do Cabo e uma loja maçônica, o Areópago de Itambé, onde não participavam estrangeiros, apenas os nascidos no Brasil, o que já demonstra certo traço de nativismo. Não custa lembrar que o Seminário de Olinda, fundado em 16 de fevereiro de 1800, foi um dos centros propagadores dessas ideias e que Frei Caneca, futuro mártir dos eventos de 1824, chegou a frequentar essa instituição.

Antes de entrar no clima político do movimento revolucionário de 1817, da Independência do Brasil e da Confederação do Equador, é importante descrever rapidamente um episódio que ficou conhecido na historiografia como Conspiração dos Suassuna, em 1801, um evento pouco estudado, sobretudo por causa da pouca documentação disponível. Essa suposta conspiração implicava três irmãos da família Cavalcante de Albuquerque, conhecidos como Suassuna, nome de um engenho pertencente àquela família. Chegaram às autoridades denúncias referentes à circulação de certas cartas trocadas que continham ideias “revolucionárias” e que manifestavam a intenção de promover a “liberdade” do Brasil do jugo português. Dois dos irmãos foram logo presos, Francisco de Paula e Luís Francisco Cavalcante de Albuquerque. Já o terceiro irmão, José Francisco, teve mais sorte e livrou-se das garras da justiça porque, na época, estava em Lisboa. Um processo foi instaurado e cerca de 80 testemunhas prestaram depoimento. Por fim, acabaram confirmando a fidelidade dos Suassuna à Coroa Portuguesa e eles foram inocentados. Porém, em 1817, eles participaram ativamente daquela revolução. Um dado importante é que essa suposta conspiração comprova que, no início do século, a aristocracia rural pernambucana estava conscientizada da possibilidade de promover mudanças e tentar executá-las.

O cenário da antiga colônia portuguesa começa a mudar radicalmente ainda na primeira década do século XIX. Com as Guerras Napoleônicas (1803-1815), as ameaças de invasão de tropas francesas em Portugal se fizeram concretas em 1808, levando a família real e parte considerável da burocracia portuguesa a emigrar para o Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro. A mudança também atingiu o comércio colonial. A Abertura dos Portos às “nações amigas” foi um grande passo para o desenvolvimento das trocas mercantis, representando uma abertura de mercado, e o Rio de Janeiro se torna a sede administrativa, o



Vista da cidade do Recife e parte de Olinda tomada da Ladeira da Misericórdia.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-brasileira

novo centro do poder do Império Português. Em meados de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à condição de “Reino Unido a Portugal e Algarves”, o que fixava o Brasil no centro do Império Português.

No norte do território, os novos ventos apresentavam-se promissores para o desenvolvimento econômico. Pernambuco foi a capitania mais rica do Brasil Colônia até o início do ciclo do ouro, que mudou definitivamente o eixo econômico para o sudeste. A produção de açúcar da capitania era uma das mais antigas do mundo atlântico e o porto do Recife já funcionava em 1537, quando a cana-de-açúcar começou a ser plantada. Era uma das poucas capitanias onde a balança comercial apresentava superávit, ou seja, lucro excedente. O açúcar e o algodão, produtos exportados a partir do porto do Recife, eram responsáveis pela entrada significativa de capitais.

No início do século XIX, houve um crescimento no valor das exportações de algodão do nordeste oriental, que ganhava os mercados da Inglaterra e da França, através do porto do Recife: em 1796, eram 37% do total; já em 1806, eram 48%; em 1816, chegava à soma de 83%. Contrastando com o *boom* do algodão, o valor das exportações do açúcar declinava: em 1796, atingia 54%; já em 1806, é registrada uma queda para 45% e, em 1816, para 15%. Em 1823, 66% das exportações que saiam do porto do Recife seguiam para a Inglaterra, a França e outros países da Europa. Portugal recebia apenas 10%. Evaldo Cabral destaca que “um terço do total de importações procedia da Inglaterra, mais de um quarto correspondia ao tráfico negreiro e um quarto à entrada de produtos portugueses” (Mello, 2001, p.

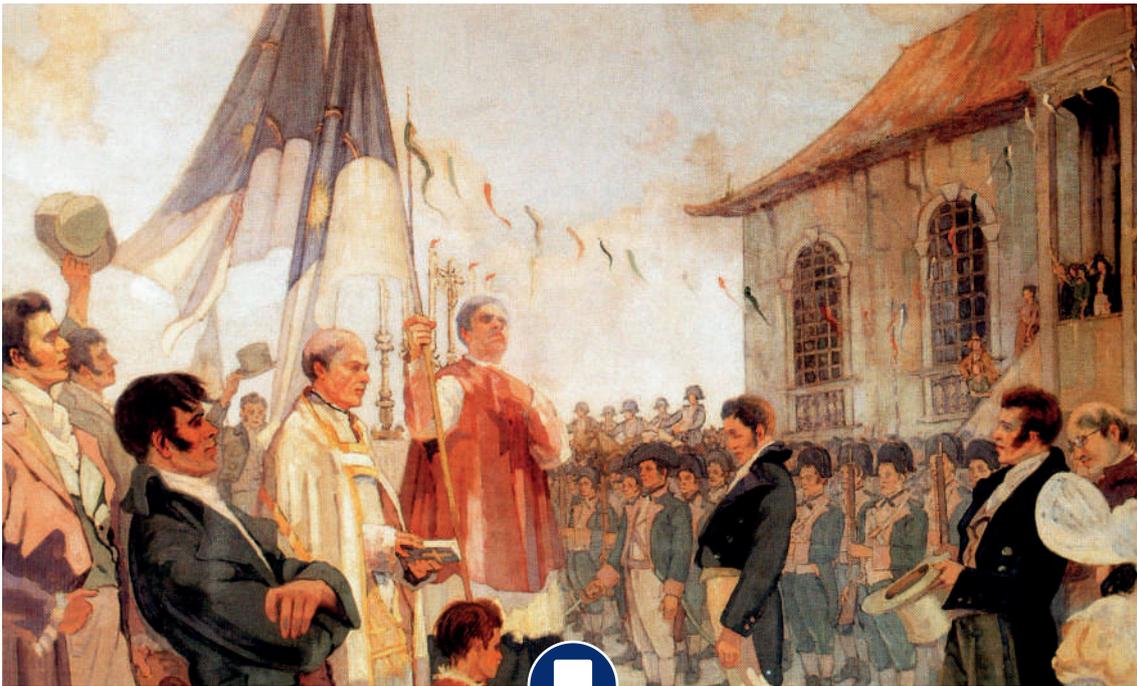
72-73). Parte considerável do que se arrecadava na alfândega do Recife era transferido para o Rio de Janeiro, para cobrir as despesas e a manutenção dos custos com a família real portuguesa e a instalação da Corte e do aparelho burocrático. Conta-se que o imposto mais odiado pelos pernambucanos na época era o que custeava a iluminação das ruas da nova capital, enquanto no Recife a população convivia com as ruas às escuras, aumentando ainda mais o medo e a insegurança.

A riqueza da antiga capitania de Duarte Coelho vinha do campo, dos engenhos produtores de açúcar e das plantações de algodão. No século XIX, havia divisões internas entre o norte e o sul do território. Os proprietários da porção norte dedicavam-se ao cultivo do açúcar e do algodão. Contavam também com vilas populosas. Já os proprietários do sul da capitania tinham o foco mais na monocultura da cana-de-açúcar e as povoações eram mais uma espécie de anexos dos engenhos, uma continuação dos domínios senhoriais. A escravidão ditava o ritmo da vida social e econômica das duas porções, unindo, inclusive, possíveis divergências políticas entre as elites locais, quando o assunto era as revoltas escravas e o medo de perder a “propriedade”.

O uso de mão de obra escravizada no processo produtivo é antigo em Pernambuco. No primeiro momento da colonização foram empregados indígenas escravizados. Não demorou muito e a mão de obra africana escravizada também foi incorporada ao processo. Na época da Independência, havia em Pernambuco cerca de quatrocentos a quinhentos mil habitantes; por volta de um terço a um quarto dessa população era formada por escravizados. A resistência também se fez presente nas tensas relações entre senhores proprietários e escravizados. Nessa primeira metade do século XIX, ocorreu a formação de quilombos a noroeste do Recife, na zona da mata norte. O mais famoso foi o de Catucá, chefiado pelo lendário líder Malunguinho. A escravidão estava por todos os espaços da vida econômica e social, tanto no campo, como nas vilas e povoações. Não custa lembrar que a escravidão urbana é uma das marcas do Recife. Havia também um número significativo de livres e libertos, egressos da escravização, gente que não era proprietária e precisava vender a sua força de trabalho para sobreviver. Parte desses homens pegou em armas, servindo tanto em milícias particulares de proprietários rurais e também no famoso Batalhão dos Henriques, um grupo formado por negros livres e libertos.

1.1 A Revolução de 1817

Em 1817, surge, em Pernambuco, um movimento de tendência autonomista e de inspiração republicana. A chamada Revolução Pernambucana de 1817 é considerada o maior movimento de contestação à ordem monárquica até aquele momento. Os descontentamentos começaram no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que esteve à frente da administração da capitania entre os anos de 1804 a 1817. Além de vivenciar certo declínio econômico nas exportações



GUARDE ESSA IDEIA

A Confederação do Equador teve como estopim um descontentamento local, principalmente com a intervenção direta do Imperador na política da província. É um evento pontual no tempo, isso é, contemporâneo das ideias sobre “constitucionalismo” e “federação” que circulavam no período. Porém, o histórico de insurgência de Pernambuco tinha raízes profundas, remontava, a princípio, ao século XVIII, com o famoso episódio da Guerra dos Mascates (1710-1711), e ao início do século XIX, com a Revolução Pernambucana de 1817, um movimento separatista e republicano, que foi implacavelmente reprimido por Dom João VI e teve seus principais líderes mortos (que se tornaram mártires depois). Em 1824, a província de Pernambuco volta a se rebelar, liderada, também, por parte de antigos participantes de 1817. Mas não fica só por aí. Os pernambucanos sempre tiveram orgulho de seu passado, remontando a acontecimentos bem antigos como a expulsão dos holandeses no século XVII. Frei Caneca escreveu, em um de seus artigos: “Somos indomáveis e ainda nos jactamos de pisar sobre os ossos dos companheiros de Nassau”. Os habitantes da província elaboraram um imaginário próprio que fazia referência ao passado. A participação nas lutas contra os holandeses no século XVII, a Guerra dos Mascates (1710-11) e os movimentos de 1817 e 1824 foram fundamentais na construção desse imaginário. Na época da Insurreição Praieira (1848-50), a imprensa panfletária também fez uso desse glorioso passado para mobilizar o povo para o lado dos liberais pernambucanos.

de açúcar, a capitania ainda passava por uma grande seca, iniciada em 1816, o que provocou a fome e a carestia dos produtos de subsistência. Não bastasse isso, no governo de Caetano Pinto ocorreu um recrutamento militar para uma expedição a Caiena, território francês, e Pernambuco teria que contribuir com 1.000 homens. Depois de alguns protestos, apenas 300 homens acabaram indo.

Os boatos de conspiração começam a surgir. Um dos implicados era o Ouvidor de Olinda, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (irmão de José Bonifácio de Andrada, futuro articulador do processo de independência do Brasil). Surgiram denúncias de jantares e assembleias em que se emitiam “princípios sediciosos”. Porém, foi só nos primeiros dias de março de 1817 que ocorreu uma denúncia formal. Caetano Pinto determinou que o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro efetuasse a prisão dos militares locados no quartel de Artilharia, envolvidos na conspiração. A prisão dos civis envolvidos ficou a cargo do Marechal José Roberto. Por parte dos militares implicados, houve reação. O Capitão José de Barros Lima, conhecido como Leão Coroado, reagiu à voz de prisão e matou a golpes de espada o brigadeiro Barbosa de Castro, o que provocou um grande motim. O motim saiu da caserna e se alastrou pelas ruas, houve quebra-quebra e ofensas dirigidas aos naturais de Portugal. Os oficiais brasileiros aderiram ao levante e os portugueses trataram de fugir. O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro refugiou-se no Forte do Brum, de onde negociou a sua retirada para fora da capitania.

Houve a formação de um governo revolucionário, com cinco membros, um Diretório ao estilo francês, com representantes do comércio, da magistratura, dos militares, do clero e dos proprietários rurais. Proclamações foram feitas para acalmar os ânimos do povo. Um panfleto, intitulado *O Preciso*, foi publicado, ajudando ainda mais a esclarecer as intenções do movimento. Um trecho desse

documento dizia: “Viva a pátria, vivam os patriotas e acabe para sempre a tirania real”, o que mostrava o tom das reivindicações e o descontentamento com a monarquia portuguesa instalada no Rio de Janeiro. Para mobilizar outras províncias para aderirem ao movimento, foram enviados emissários. O reconhecimento de outras nações também era importante. Ficou a cargo do comerciante Antônio da Cruz Cabugá travar negociações com o governo dos Estados Unidos.

Entre as primeiras medidas tomadas estavam o aumento no valor do soldo dos militares e a abolição de alguns impostos. A influência da Revolução Francesa também era sentida. Houve a substituição do tratamento de “vossa mercê” pelo de “vós” e o de “senhor” por “patriota”, na clara intenção de abolir alguns costumes patriarcais considerados servis. Mas o modelo de república a ser seguido era o federalista dos Estados Unidos. A revolução tinha sentimentos autonomistas e ideais republicanos.

Espada do Capitão José de Barros Lima, revolucionário conhecido como Leão Coroado. Fonte: Revista Continente, #195.



Uma Lei Orgânica, esboço de uma constituição, chegou a ser redigida. O texto destacava a liberdade de imprensa e a tolerância religiosa, avanços importantes no mundo ainda marcado pelos costumes do Antigo Regime. Resta claro que, entre os proprietários rurais, havia certo temor de que a escravidão fosse abolida e isso enfraqueceu o movimento.

A capitania de Pernambuco foi a única região da colônia a ter ensaiado uma tentativa republicana de autogoverno. Outro ponto interessante é que alguns participantes dos eventos de 1817 reaparecerão, sete anos depois, na Confederação do Equador. Porém, alguns deles, que defenderam a República de 1817, posteriormente estarão em campos opostos, defendendo as tropas imperiais e a monarquia centralizadora de Dom Pedro I. Uma coisa é certa, o levante de 1824 não foi uma simples continuação de 1817. O contexto político, como se verá adiante, era bem diferente.

A repressão ao movimento de 1817 foi rápida, eficaz e extremamente violenta. Dom João VI deixou a cargo de Luís do Rego Barreto, um experiente general português, a missão de retomar o governo da capitania. Em 15 de abril, um bloqueio marítimo fechava o porto do Recife e forças enviadas por terra, da Bahia, receberam apoio militar dos proprietários da zona açucareira da mata sul. Em 19 de maio, a revolução estava encerrada. Iniciava-se o julgamento e a execução dos principais líderes. Enforcamentos e fuzilamentos deram a tônica da violência. Alguns dos patriotas tiveram seus corpos esquartejados e expostos para servirem de exemplo, punição típica do Antigo Regime. Outros implicados ficaram no cárcere, na Bahia, até o indulto concedido pelas Cortes de Lisboa, em 1821, que anistiou os envolvidos.

1.2 A Revolução Liberal do Porto

Desde a retomada da capitania, o governo ficou a cargo do general Luís do Rego Barreto, o mesmo que perseguiu e prendeu os revolucionários. As relações entre o general e os pernambucanos dissidentes seguiram-se tensas. Porém, os horizontes mudaram quando eclodiu, em 24 de agosto de 1820, no outro lado do Atlântico, uma revolução liberal iniciada na cidade do Porto, que exigia o estabelecimento de uma monarquia constitucional para o Reino de Portugal. Só um detalhe: em 1821, as antigas capitanias passaram a ser chamadas de províncias.

A Revolução Liberal do Porto trouxe inúmeras mudanças, sobretudo com a instalação das Cortes Constitucionais em Lisboa. Em abril de 1821, as Cortes declararam os governos provinciais independentes do Rio de Janeiro, com a clara intenção de suprimir a unidade política que tinha, na figura de Dom João VI, o seu centro. A ideia era fazer com que essas províncias se submetessem a partir de então a Lisboa como novo centro de poder. Uma das mais significativas mudanças, em termos locais, foi a instalação de Juntas de Governo, substituindo os governadores capitães-generais, nomeados pela Coroa. Como ressalta Denis

Bernardes, “esta prática, de início local e sem legitimidade institucional foi, em seguida, oficializada pelas Cortes e constitui sua mais importante inovação político-administrativa para o Brasil” (Bernardes, 2021, p. 136). O efeito disso é que, na prática, abolia-se o poder de Dom João VI e do príncipe regente Dom Pedro, na administração das províncias. As províncias agora iriam se autogovernar, escolher seus representantes, eleger seu governo civil, o que representava uma tremenda inovação que iria repercutir mais adiante, nos eventos de 1824.

O general Luís do Rego tentou ainda manter o comando da província, chegando a formar uma junta presidida por ele mesmo, em 31 de março de 1821. Porém, uma das novidades da Revolução do Porto foi a anistia dada aos revolucionários de 1817. Em maio de 1821, como já mencionado, eles foram libertados do cárcere em Salvador. O retorno para Pernambuco gerou ainda mais tensão. Em julho, o general sofreu um atentado à bala, sobrevivendo por sorte. Novamente são encarcerados alguns antigos revolucionários.

Surge um movimento de oposição ao governador. Foi na região da mata norte da província, precisamente em Goiana, a mais importante vila da região, que uma resistência começou a se concretizar. Ali foi formada uma Junta de Governo Constitucional Provisória (ou Junta de Goiana, como ficou conhecida para a posteridade), que rivalizava com aquela presidida pelo general português. Ocorreram conflitos. Tropas partiram de Goiana para cercar Olinda e Recife. Não conseguiram tomar novas posições, mas o governo do general não teve mais condições de continuar.

Em 5 de outubro de 1821 era assinada a Convenção de Beberibe, um acordo entre o general e os membros da junta dissidente, em que se convocava uma eleição para a formação de uma única junta governativa com a participação de eleitores de todas as vilas da província. Ali foi determinada a retirada do governador e das tropas portuguesas ainda presentes em Pernambuco. Nos acordos de formação da nova junta, destacava-se a figura do rico comerciante pernambucano Gervásio Pires Ferreira, que tinha sido revolucionário em 1817 e ficara encarcerado na Bahia. Em uma nova reunião, já em Olinda, no dia 26 de outubro, Gervásio Pires assumiu a presidência da junta. Poucos dias depois, o general Luís do Rego embarcou para Portugal com parte das tropas portuguesas. Aos poucos, o que restou dessas tropas leais ao general foi sendo despachada para fora da província.

Esse foi um momento especial para a província. Pernambuco tornou-se autônoma tanto em relação ao então príncipe regente Dom Pedro de Alcântara, que ficou no Rio de Janeiro, como também às Cortes Constitucionais em Lisboa. A junta presidida por Gervásio Pires Ferreira manteve certa dualidade, ora jurando fidelidade às Cortes em Portugal, ora jurando obediência ao grupo que se aglutinava ao redor da figura do príncipe regente, que já articulava um possível rompimento político com Portugal. O que fica claro nas ações de Gervásio Pires é a tentativa de manter certa autonomia provincial, um autogoverno com plenos poderes de atuação na esfera local. Via-se também ali uma excelente opor-

tunidade de abolir os resquícios do absolutismo, fugindo do controle do Rio de Janeiro e de Lisboa. O que parte das lideranças pernambucanas desejava era que os novos arranjos políticos, tanto em relação a Portugal, como em relação ao Rio de Janeiro, fossem construídos mantendo uma lógica federalista que garantisse a autonomia da administração da província, sobretudo no campo das arrecadações e tributos.

Duas tendências políticas estavam sendo construídas nesse momento: uma de caráter centralista, sustentada e articulada pelo grupo do Rio de Janeiro, que era favorável à união das províncias sob a liderança do príncipe regente. Os seguidores dessa tendência eram proprietários ligados à antiga aristocracia açucareira e liderados pelo Morgado do Cabo, Francisco Paes Barreto, outro antigo participante da Revolução de 1817. A segunda tendência tinha o caráter federalista. Para os partidários dessa tendência, tanto fazia a sede do reino ser o Rio de Janeiro ou em Lisboa (e até os dois lugares); o que eles queriam mesmo era a autonomia provincial. Esse grupo era liderado por Gervásio Pires.

Essa dualidade de Gervásio Pires despertou desconfianças no grupo de Dom Pedro, e uma trama foi armada para destituí-lo da governança local. Depois de muita pressão, em setembro de 1822, a junta de Gervásio Pires foi destituída. Uma junta foi eleita, mas durou pouco. Outra eleição foi realizada e uma nova junta foi formada. Na presidência estava Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo. Essa junta entrou para a história como “Junta dos Matutos” ou “Governo dos Matutos”, e estava ligada aos interesses de uma parte das elites locais alinhadas com a regência de Dom Pedro, que iniciara uma oposição ferrenha às Cortes. O resultado desse jogo político foi que Pernambuco acabou pendendo para o lado do príncipe regente, que acabou por ditar a sorte da província. A Independência do Brasil foi feita de acordo com os interesses da Corte do Rio de Janeiro e seus aliados regionais. O governo de Paes Barreto durou de setembro de 1822 até dezembro de 1823, passando por inúmeras dificuldades, crises e instabilidades políticas.



1.3 A Independência do Brasil

As notícias referentes ao 7 de Setembro e à aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, de uma nova nação independente, chegaram somente em Pernambuco em novembro de 1822. O pós-Independência não foi nada calmo. Havia um latente confronto de interesses entre as lideranças nacionais, regionais e locais. Cada grupo lutava por maior participação no poder. Só uma assembleia constituinte de caráter liberal poderia equilibrar o jogo do poder. Um dos principais desafios da recém-fundada monarquia brasileira foi dar corpo e organização ao novo Estado. Instituições precisavam ser criadas para ordenar tanto a administração, como o próprio sistema tributário.

Uma nação independente também necessitava de um conjunto de leis. Assim, uma Constituição começou a ser elaborada em 1823. Uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil foi convocada, contando com representantes de quatorze províncias, grande parte deles defensores dos interesses da aristocracia rural. Além do mais, era necessário internalizar e expandir o poder político de Dom Pedro I, em todo território da antiga colônia portuguesa.

No Rio de Janeiro, os trabalhos se iniciaram em 3 de maio de 1823. Porém, durante os debates parlamentares, ocorreram divergências e atritos entre os deputados e o imperador. A questão dos limites do poder do soberano no recém-fundado Império esteve na pauta daqueles deputados que estiveram presentes naquela Constituinte. O anteprojeto seguia o ideário liberal, com passagens que deixavam claro certo antiabsolutismo, limitando ao máximo o poder de Dom Pedro I e valorizando, em contrapartida, a representação nacional. No

caso, o Legislativo era a essência do poder político. Não custa lembrar que esses debates acalorados chegavam às páginas da jovem imprensa nacional. Além disso, estimulado por José Bonifácio de Andrada, Dom Pedro I temia que a autonomia das províncias, proposta pelos partidários do modelo federativo, levasse à fragmentação do país.

De forma autoritária, Dom Pedro I ordenou um cerco e dissolveu a Assembleia, em 12 de novembro de 1823, prendendo em seguida os deputados dissidentes. Era uma clara demonstração de que o imperador não aceitava ter seus poderes limitados. Uma comissão, denominada de Conselho de Estado, foi incumbida, sob os olhares do Imperador, de elaborar um novo texto.

Em 25 de março de 1824, Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição, sem a aprovação dos deputados, nem da sociedade. O texto era conflitante, pois concentrava considerável dose de poder na figura do imperador. A Carta de 1824 instituía quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. Esse último poder, exclusivo do imperador, dava autoridade sobre os outros poderes. Assim, o imperador tinha o poder de dissolver a Câmara, mobilizar as forças armadas de terra e mar, escolher senadores (com base numa lista tríplice), nomear os ministros do Estado, sancionar e vetar os atos e decisões do Poder Legislativo, formar, quando necessário, o Conselho de Estado (para assessorá-lo), nomear os juizes e designar os presidentes da província.

Ao nomear políticos a seu critério, desconsiderando o interesse das províncias, o imperador tocava em um ponto sensível: a autonomia provincial. As elites provinciais perdiam certa margem de liberdade de escolha de suas lideranças locais, algo que desde o período colonial já se figurava como uma prática política. A Constituição de 1824 instituiu uma monarquia liberal de fachada, parlamentarista e centralizadora. As ambições absolutistas de Pedro I tiveram ressonância nas províncias do Norte (como era denominado o Nordeste da época). Em crítica, Frei Caneca escreveu: “Uma constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viver em reunião ou sociedade”.



DOM PEDRO I



SENTA QUE LÁ VEM HISTÓRIA!

Em 14 de maio de 1824, quando já era grande a agitação em Pernambuco, uma delegação formada por políticos da província de Pernambuco teve uma audiência particular com o imperador Dom Pedro I, no Rio de Janeiro. Basílio Torreão, um dos integrantes da delegação, deixou escrita uma memória sobre aquele encontro.

*“Então eu, conquanto não tivesse missão para tanto, tornei-lhe:
— Senhor, por este ato paternal, permita-me que, em nome de Pernambuco, beijemos a mão de Vossa Majestade Imperial. Até aqui foi lisonjeiro e se pudéssemos nos retirar naquele ponto, sairíamos airosos (...), mas o imperador continuou:
— Sinto que os pernambucanos me tenham sido traidores. Ao que repliquei:
— Senhor, os pernambucanos... O imperador atalhou-me, dizendo:
Não preciso que me diga nada, eu sei mais do que Vosmecê a história de sua província. Abalancei-me a replicar isso (nisto é que foi um erro):
— Mas Senhor, permita-me Vossa Majestade que eu defenda os meus consti... Mal tinha eu terminado a frase quando o homem, com os olhos chamejantes, pondo na boca o dedo indicador, deu-me um “psiu!”, dizendo em seguida:
— Nem mais uma palavra. Então fizemos a última reverência e saímos”.*

A Constituição foi enviada para Pernambuco e outras províncias para ser ratificada pelos Conselhos das províncias do Império. O caráter centralizador da Carta de 1824 foi amplamente criticado pelos representantes dos poderes locais, afinal, as Câmaras Municipais perderiam seus poderes. Tudo então passava a ser controlado pelo poder central estabelecido na Corte do Rio de Janeiro. Para os liberais, sobretudo os liberais pernambucanos, o novo monarca não possuía nenhum compromisso com um sistema representativo e constitucional. Isabel Lustosa lembra que: “Frei Caneca, no veto da Câmara do Recife ao projeto da Constituição, chamará a atenção justamente para a excessiva concentração de poderes atribuída ao Executivo, o que tornaria o imperador chefe absoluto da máquina do Estado” (Lustosa, 2021, p. 161).



De fato, as ações absolutistas de Pedro I, a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta de 1824 causaram descontentamento e exaltaram ainda mais os ânimos dos liberais federalistas pernambucanos. Tais medidas eram atos explícitos do despotismo, o que afrontava parte das elites locais ciosas por maior autonomia e participação política. Porém, foi o intervencionismo do poder central nas presidências das províncias que motivou o rompimento. As elites locais pernambucanas entraram em rota de colisão violenta com o centralismo imperial, não aceitando o presidente da província nomeado pelo Imperador.

1.4 As relações do imperador com Pernambuco

O descontentamento aflorou pelo território do recém-fundado Império. O interessante é que apenas dois anos haviam passado desde a declaração da Independência e a configuração política do Império já era outra e, a bem da verdade, mais delicada. Na Paraíba, no Ceará e em outros lugares ocorreram protestos. Porém, foi em Pernambuco o maior foco de descontentamento e resistência às pretensões absolutistas do Imperador. Os pernambucanos foram alguns dos poucos que protestaram abertamente e se recusaram à submissão ao jugo imperial. O *Typhis Pernambucano*, dirigido por Frei Caneca, foi um dos jornais que criticaram dura e abertamente o governo imperial.

Em Pernambuco, as coisas não iam bem para Francisco Paes Barreto e os partidários do imperador. A Junta dos Matutos não conseguia impor a sua autoridade. Em 13 de dezembro de 1823, Paes Barreto renuncia ao cargo. Na mesma ocasião foi eleito um novo governo, agora presidido por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, sendo secretariado por José Natividade Saldanha, outro antigo revolucionário de 1817. O coronel José de Barros Falcão de Lacerda, participante de 1817, foi aclamado Governador das Armas. O problema é que essa eleição foi realizada à revelia da “Carta de lei” datada de 20 de outubro de 1823,



que retirava das províncias, dos poderes locais, a prerrogativa de eleger o presidente da província, o secretariado e demais cargos.

O estopim da revolta e dos desentendimentos entre o imperador e a província de Pernambuco foi a nomeação de um governador indesejado. Dom Pedro I nomeou, como novo presidente da província de Pernambuco, Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo, que naquele momento não gozava de um bom prestígio público. Em contrapartida, diante da nova eleição que ocorreu durante o dia 8 de janeiro de 1824, o colégio eleitoral confirmou o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, indo de encontro às ordens do imperador. Antes da iminente ruptura, ocorreu uma série de atos, destituindo autoridades militares, judiciais e administrativas ligadas ao Morgado do Cabo. Alguns desses indivíduos chegaram até a ser presos e expulsos do solo pernambucano.

As tensões políticas e sociais se fizeram latentes. Para piorar ainda mais a situação, no mês de março, tropas imperiais desembarcaram em Alagoas, em claro apoio ao grupo liderado por Francisco Paes Barreto. Frei Caneca chegou a alertar que se o governo fosse entregue ao Morgado do Cabo, estaria aberto o caminho para que a Carta Magna de 1824 fosse imposta às câmaras de Pernambuco. Era uma crítica aberta ao processo de montagem do Estado Imperial.

Para garantir a ordem e a posse forçada de Francisco Paes Barreto, uma divisão naval formada pelas fragatas Niterói e Piranga, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra John Taylor, foi enviada para o Recife, chegando em fins de março de 1824. Taylor propôs que o Grande Conselho fosse convocado e, em 7 de abril, uma reunião foi realizada. Nessa reunião, secretariada por Frei Caneca, os 319 conselheiros não aceitaram a nomeação de Francisco Paes Barreto, confirmando assim a permanência de Manoel de Carvalho Paes de Andrade no cargo.

Seguiram-se momentos de tensão, com provocações entre Paes de Andrade e o almirante Taylor. O porto foi bloqueado e todos ficaram na iminência de um conflito de grandes proporções. Um exemplo dessa tensão foi quando marinheiros imperiais e uma guarnição do porto entraram em choque, resul-

tando na morte de dois guardas. Um grupo de soldados, chefiados pelo major Emiliano Felipe Benício Mundurucu, considerou essas mortes uma agressão aos brasileiros e decidiu vingar exemplarmente. O alvo seria o bairro portuário do Recife, tomado por estabelecimentos comerciais e moradias de comerciantes portugueses. Graças à intervenção do major Agostinho Bezerra e seus homens, os planos de vingança não foram adiante.

Em 20 de maio, chega a Pernambuco um novo decreto do imperador substituindo a indicação de Francisco Paes Barreto pelo mineiro José Carlos Mayrink da Silva Ferrão na presidência da província. O ato foi interpretado como despótico, desrespeitando a autonomia provincial e o direito de eleger suas próprias lideranças. Não bastasse isso, o decreto vinha acompanhado da determinação de que a província jurasse a nova constituição. Em junho, novamente a Câmara de Olinda rejeita tanto a posse do presidente indicado pelo imperador, como também o juramento à nova constituição, considerada ilegítima.

1.5 A Confederação do Equador

No Rio de Janeiro, chegavam rumores de que Portugal preparava uma expedição militar contra o Brasil. Por ordem de Dom Pedro, em 1 de julho, o almirante Taylor precisou zarpar com seus navios do porto do Recife. A saída das tropas imperiais, estacionadas na boca da barra, elevou ainda mais os ânimos. Em 2 de julho, os federalistas pernambucanos, sob a chefia de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, decretaram a independência das províncias do Norte. Assim estava formada a Confederação do Equador. Esse movimento procurava contar com a adesão das províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, possivelmente, o Piauí e o Pará. Circularam manifestos ao povo pernambucano e aos habitantes das províncias do Norte, conclamando todos a se unirem ao ideal constitucional, rompendo com o Império. Dom Pedro I era acusado de traidor. A Confederação foi organizada sob a forma federativa, um esboço de um regime republicano que se desenhava ali. Isso demonstrava em parte que as aspirações e projetos republicanistas e federalistas dos revolucionários de 1817 ainda estavam bem vivos. O governo rebelde tinha pretensões de organizar uma república federativa formada pelas províncias do Norte.

Aqui não custa lembrar que a luta política na província de Pernambuco já vinha acirrada e dividida desde a época da independência. Nos meses que antecedem a Confederação do Equador, isso ficou muito claro. Uma parte das elites políticas, contando com o apoio de setores das forças armadas locais e de parte significativa da população, era frontalmente contrária às diretrizes vindas do governo do Rio de Janeiro. Já outra parte das elites, também apoiada por grupos militares, permaneceu fiel às determinações do governo central. Quando estouraram os eventos de 1824, um lado aderiu aos revolucionários; o outro, descontente, somou suas forças à das tropas imperiais que vieram debelar o levante.



A bandeira da
Confederação
do Equador.
Fonte: Cepe

Contra o intervencionismo do poder central, em julho de 1824, parte das elites de Pernambuco, senhores de engenho, comerciantes ligados à exportação, traficantes de escravizados, magistrados e padres, com o apoio das camadas de homens livres pobres, formadas majoritariamente por pretos e pardos, libertos, militares de baixa patente, entre outros segmentos sociais, mobilizaram-se para uma revolta de grandes dimensões. Vale destacar que pretos e pardos, egressos da escravização, no Recife, foram empregados nas milícias durante as lutas pela independência do país.

No Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste, esses indivíduos se fizeram presentes, alguns deles, inclusive, engajados nas tropas particulares dos proprietários rurais. O antagonismo entre a elite local e o poder central transformou-se também numa revolta de caráter social, que mobilizou a participação das camadas populares e de outros segmentos sociais. Era necessário defender com armas a revolução que se iniciava ali, mobilizando tropas e buscando aliados para fortalecer a causa do rompimento.

Com o rompimento e a recusa em seguir as ordens de Dom Pedro I, o governo rebelde precisou organizar a resistência armada. Vale lembrar que o sul da província era o reduto dos partidários de Francisco Paes Barreto, de gente ligada ao imperador. Para aquele lugar foi enviada a Divisão Constitucional, formada pelo 2º e 3º batalhões de caçadores do Regimento de Artilharia. Entre junho e julho daquele ano, os combates foram intensos. Para fortalecer as tropas com víveres e mantimentos, o governo revolucionário enviou duas embarcações em direção à fronteira com a província das Alagoas. Em 17 de julho, partem do porto do Recife o navio *Constituição ou morte* e a escuna *Maria da Glória* (rebaptizada de *Goiana*). Além de fortalecer as tropas, tinham a missão de negociar a adesão do governo das Alagoas à causa revolucionária, o que, entretanto, não aconteceu. Em Porto das Pedras, as praças de artilharia e parte dos batalhões de Caçadores não conseguiram vencer as forças contrárias aos confederados.

As duas embarcações foram atacadas e vencidas por três navios de guerra imperiais e seus comandantes foram presos.

No Rio de Janeiro, a mobilização para conter o avanço da revolta foi rápida. Foram enviadas, para a província, tropas e uma esquadra: uma divisão naval composta pela nau *D. Pedro*, o brigue *Maranhão*, da corveta *Carioca* e de dois transportes, *Harmonia* e *Caridade*. Em 1 de agosto de 1824, o almirante Lord Cochrane, que comandava a divisão naval, partiu do porto do Rio de Janeiro, levando 1.200 soldados do Exército Imperial, sob o comando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias). As tropas comandadas por Lima e Silva desembarcaram em Alagoas, no porto de Jaraguá, nos dias 14 e 16 de agosto e de lá iniciaram uma marcha até o Recife. No caminho, esse contingente de soldados foi ganhando a adesão de outras milícias leais ao imperador.

Após desembarcar, Lima e Silva e seus homens em terra, a divisão naval de Cochrane parte para o Recife, onde chegam no dia 18 de agosto e estabelecem logo um bloqueio no porto, impedindo a entrada e a saída de qualquer embarcação. Para pressionar o governo rebelde, Cochrane expediu uma proclamação, escrita no dia 19 de agosto, dando um ultimato e exigindo a rendição, sob a ameaça de a cidade sofrer um bombardeio. Em 23 de agosto, expediu outra proclamação, estabelecendo o prazo de rendição até o dia 28 de agosto. As negociações foram tensas.

O general Lima e Silva, após o desembarque em Jaraguá, rumou para Barra Grande, ainda em Alagoas, e juntou-se às tropas estacionadas na área, contrárias ao governo confederado. Ali é formado o Exército Cooperador da Boa Ordem. De lá marcharam para a Vila do Cabo, já território da província de Pernambuco. Por onde passava, esse exército ia ganhando mais adeptos, um claro sinal de que as elites pernambucanas não estavam de todo alinhadas com o projeto de Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Vale destacar que indígenas que habitavam a divisa das províncias de Pernambuco e Alagoas foram importantes aliados das forças imperiais na luta contra os rebeldes.

As tropas imperiais foram ganhando terreno. A ponte dos Carvalhos, sobre o rio Jaboatão, ao sul do Recife, era um ponto importante para a defesa. Ali ficaram cerca de 300 homens do exército confederado guarnecendo a passagem. Numa manobra ousada, Lima e Silva simula um ataque ali. Porém, desvia parte significativa de seus homens e segue em marcha, passando pelo Engenho de Santana, rumo a Afogados. Apesar da resistência, a vitória das tropas imperiais no Recife foi rápida. Lima e Silva teve pouco trabalho ao atacar as defesas rebeldes, dominando o forte das Cinco Pontas, o bairro de Santo Antônio e tomando o Palácio do Governo.

Em 11 de setembro, Lima e Silva intima Paes de Andrade e o coronel José de Barros Falcão de Lacerda a deporem armas. Em 12 de setembro, após algumas horas de combate, o Recife foi tomado pelas tropas imperiais. Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo, e seus comandados estavam presentes nessa vitória. Nesse mesmo dia, Manoel de Carvalho Paes de Andrade refugia-se em um navio inglês ancorado no porto. Em 13 de setembro, Lima e Silva apodera-se da parte central do Recife.



FALA PESQUISADOR/A

Você sabia que o território de Pernambuco já foi bem maior? No século XIX, depois que os ventos das insurreições passaram, parte do território da antiga capitania de Duarte Coelho foi junto, como uma espécie de punição. Depois da Revolução Pernambucana de 1817, o governo de Dom João VI, em decreto assinado em 16 de setembro de 1817, eleva a Comarca das Alagoas, pertencente a Pernambuco, à categoria de capitania. Anos depois, em 7 de julho de 1824, a Comarca de São Francisco (atualmente Oeste da Bahia), equivalente na época a mais da metade do território de Pernambuco, foi incorporado, provisoriamente à Minas Gerais. Em 1827, esse território foi transferido para a Bahia. Em entrevista ao jornalista Vandek Santos, publicada no *Diário de Pernambuco*, em 11 de julho de 2007, a historiadora Isabel Lustosa falou não só sobre a figura conturbada do nosso primeiro imperador, mas destacou algo relevante sobre o desmembramento da Comarca do Rio São Francisco, como punição resultante da Confederação do Equador. *“Naturalmente que a redução das dimensões geográficas de Pernambuco tem relevância nacional. Este, aliás, foi o objetivo de D. Pedro I com a medida. Ao reduzir o tamanho de Pernambuco, o imperador quis reduzir sua área de influência. Acho que os episódios anteriores, do ponto de vista da Coroa, haviam deixado claro que era uma província cuja vocação autonomista poderia arrastar junto com ela os vizinhos. A forma de combater tal perigo era separar de Pernambuco as partes que poderiam ser governadas por pessoas enviadas diretamente do Rio. A perda da Comarca [do São Francisco] fez parte de um pacote de medidas repressivas que incluiu a condenação à morte de alguns dos membros daquela revolta”*.

Restava ainda Olinda. O Senado da Câmara de Olinda solicitou um armistício de três dias para negociar a rendição. Em 17 de setembro, em Olinda, a maioria dos chefes confederados decidiu pela rendição. Porém, na noite anterior, Frei Caneca e outras lideranças resolveram abandonar Olinda e continuar a luta no interior. Em pouco mais de cinco dias, as tropas imperiais conseguiram derrotar o centro rebelde. A rendição final só ocorreria em 29 de novembro. A rebelião republicana contra o governo imperial durou 79 dias e ganhou notoriedade internacional.

Em 20 de dezembro de 1824, foi instalada uma Comissão Militar, um tribunal temporário, para julgar todos os implicados. A comissão era presidida pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva e tinha o objetivo de processar e julgar sumariamente os prisioneiros considerados cabeças da revolução. Os três primeiros implicados foram Frei Caneca, o famoso escritor de “papéis incendiários”, e dois militares: Agostinho Bezerra Cavalcante e Souza, comandante do Batalhão dos Henriques, e Francisco de Souza Rangel, do corpo de guerrilha. Pela violência, essa comissão ficou conhecida para a posteridade como “tribunal de horror”. O julgamento dos rebeldes foi rápido.

A sentença de Frei Caneca foi rápida e definitiva, saindo o veredito em 23 de dezembro de 1824: foi condenado à morte, depois de perder a condição de religioso. O 13 de janeiro de 1825 foi o dia escolhido para a sua execução. Numa espécie de ritual, ele foi despojado de suas vestes religiosas, caracterizando um desligamento simbólico da Igreja. Agostinho Bezerra Cavalcante foi executado no dia 21 de março de 1825. O ano de 1825 marca a continuação das execuções, tanto em Pernambuco como no Rio de Janeiro. Os liberais radicais, contrários às propostas centralizadoras do imperador, foram enforcados e fuzilados. Nesse mesmo ano, a Comissão Militar foi extinta e, por decreto Imperial, foram anistiados todos os envolvidos que não estivessem pronunciados pelo crime de rebelião.

O brigadeiro Francisco de Lima e Silva continuou como presidente interino da província até o dia 23 de maio de 1825, quando foi substituído por José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, presidente nomeado por Pedro I. Lima e Silva, em ofício redigido em 1 de outubro de 1825, informava aos seus superiores o necessário cuidado e prudência que as autoridades imperiais deveriam ter com a província de Pernambuco, deixando-a sempre bem guarnecida por tropas leais ao governo: “Pernambuco tinha sido, era e pode ser a potência da alavanca revolucionária das secundárias Províncias do Norte. Segue-se que é Pernambuco o ponto a que devem aplicar-se todas as forças morais, e físicas, em oposição às tentativas de uma revolta a que geralmente são inclinados estes povos e que para seu bem cumpre desarmar de todos os recursos de a fazerem, mas isso não se consegue senão a vista de força, com medidas enérgicas, e com estudada prudência” (Leite, 1989, p. 135). A província de Pernambuco, que ficara conhecida por sua disposição revolucionária e por sua vocação republicana e federalista, ainda se mostrava intranquila, mesmo depois da violenta repressão que se sucedeu ao movimento de 1824.

Entre 1824 e 1826, Pedro I dominou, com poderes absolutos, a jovem nação. Com a retomada dos trabalhos legislativos em 1826, seu governo foi alvo de



Estudo para Frei Caneca, de Antônio Parreiras (1918). Fonte: Wikimedia Commons

uma série de ataques por parte do parlamento, que condenou os julgamentos militares que se seguiram à Confederação do Equador. Com o passar do tempo, outras insatisfações foram somadas. Em 1831, a situação política do imperador estava insustentável, levando-o a abdicar do trono em favor de seu filho. Por ironia do destino, foi justamente o brigadeiro Francisco de Lima e Silva que, na noite do dia 6 de abril de 1831, ocupou com suas tropas o Campo da Aclamação, forçando Dom Pedro I a abdicar do trono, no dia seguinte, em 7 de abril. Por seu prestígio militar e político, Lima e Silva tornou-se membro da Regência Trina Provisória, ainda em abril daquele ano.

Derrotada de forma extremamente violenta, a Confederação do Equador deixa para a posteridade um legado importante. O levante ocorrido em Pernambuco foi a primeira reação à política absolutista e centralizadora do governo de Dom Pedro I e o principal foco de resistência ao centralismo imperial. Esse movimento foi lido e relido pela historiografia, sempre trazendo novas interpretações e aspectos relevantes. É importante ressaltar que, na perspectiva dos envolvidos naquele movimento, a intenção, a princípio, não era instituir ou criar um novo Estado, e sim reestabelecer o pacto constitucional proposto na época da Independência. O que eles, de fato, queriam era um projeto político de organização do Estado Imperial que salvaguardasse os espaços de autonomia local.



2

Alguns personagens da Confederação do Equador

2.1 Frei Joaquim do Amor Divino (Frei Caneca)

Nascido em 1779, na região do Recife denominada de Fora de Portas, onde também foi criado, Frei Caneca foi uma das novas vozes que se levantaram naqueles tumultuados anos do pós-Independência. De origem popular, filho de um tanoeiro português, encontrou nas ordens religiosas, instaladas no Recife, uma via segura de promoção social. Foi admitido como noviço no Convento do Carmo, no Recife, tomando hábito em 8 de outubro de 1796 e destacando-se depois em diversas funções. Tinha 22 anos de idade quando se ordenou em 1801, passando a se chamar Frei Joaquim do Amor Divino, ou pelo apelido de Frei Caneca, uma referência ao ofício do pai. Foi contemporâneo da instalação do Seminário de Olinda, em 1800, passando a frequentar o lugar. Tinha grande erudição e saber enciclopédico, conhecimentos adquiridos nas leituras realizadas na biblioteca do Carmo e na extraordinária coleção de livros da Congregação do Oratório do Recife. As primeiras referências ao seu nome na agitada vida política pernambucana remontam aos eventos da Revolução de 1817. Apesar de manter relações com muitos revolucionários, desde os tempos do Seminário de Olinda, não há referências exatas da participação de Caneca na sedição de 6 de março ou mesmo na formação do governo provisório. Seu nome aparece nas últimas semanas da revolução, quando acompanha o exército republicano que marchava para o sul da província para enfrentar as tropas do Conde dos Arcos. Teria exercido a função de capitão de guerrilhas, segundo as acusações. Preso, Frei Caneca ficou no cárcere na Bahia, retornando a Pernambuco em 1821, quando outro movimento político estava acontecendo. Ele

apoiou a primeira Junta Governativa de Pernambuco, sob a presidência de Gervásio Pires Ferreira. Quando essa junta foi substituída pela chamada “Junta dos Matutos”, ele passou para a oposição. Com a Independência, fez votos de que a nova nação tivesse uma monarquia constitucional, fugindo de qualquer tendência absolutista. A desilusão veio com o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823. Nesse mesmo ano, com a subida do governo dissidente chefiado por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, passou a colaborar abertamente, voltando a sua atividade jornalística e, esporadicamente, dando seu parecer sobre algumas decisões tomadas pelo governo. Frei Caneca tinha se transformado em um intelectual refinado, em um vigoroso ativista político. No dia 25 de dezembro de 1823, teve início a publicação do seu jornal *Typhis Pernambucano*, que circulou até 12 de agosto de 1824 (foram ao todo 29 números). Passou a denunciar o fechamento da Assembleia Constituinte e tecer uma série de críticas às medidas centralizadoras de Dom Pedro I. Nos seus escritos, é possível perceber o profundo conhecimento das doutrinas políticas dominantes no período. Frei Caneca foi um dos poucos líderes que não se renderam de imediato às tropas do general Lima e Silva. Empregou marcha pelo interior da província, passando pela Paraíba e pelo Ceará, tentando arregimentar pessoas para a causa confederada e manter a resistência. Foi preso e condenado pelo tribunal militar, em rápido julgamento. Ele acabou arcabuzado, uma espécie de fuzilamento, em 13 de janeiro de 1825, nos muros do forte das Cinco Pontas. Em 1875, cinquenta anos depois de sua morte, foram publicadas suas obras políticas e literárias (um valor inesgotável), poesias e produções didáticas. Ele se tornou o maior mártir da Confederação do Equador.



A execução de Frei Caneca, Murillo La Greca (1924). Fonte: Acervo do Museu Murillo La Greca

Para acessar as obras de Frei Caneca, ver:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221676>





2.2 Manoel de Carvalho Paes de Andrade

Nascido em Pernambuco, em fins do século XVIII, era proveniente de uma família importante. Seu pai foi secretário do governador da capitania de Pernambuco, José Cezar de Meneses, entre 1774 e 1787. Manoel de Carvalho Paes de Andrade foi ainda jovem para Portugal, com planos de iniciar seus estudos. Com a invasão francesa em Portugal, em 1808, ele transferiu-se para a Ilha da Madeira e de lá retornou ao Recife, onde dedicou parte de sua vida ao comércio, tornando-se um próspero comerciante. A vida mercantil permitiu um intenso contato

com estrangeiros, mercadores e negociantes e, ao que tudo indica, teve contato com as ideias da ilustração. No início de sua vida política, acabou se envolvendo na Revolução Pernambucana de 1817. Quando o movimento findou, ele se refugiou nas matas do engenho Santana, em Jaboatão. Temendo a prisão, conseguiu fugir para os Estados Unidos. Em 1821, foi anistiado pelas Cortes de Lisboa e regressou ao Recife. Foi logo nomeado intendente da Marinha, com a função de supervisionar o abastecimento dos navios que aportavam no porto do Recife e, em seguida, ocupou a presidência da Junta da Fazenda. Com a dissolução da Constituinte, em 1823, e com a crescente tensão política que havia na província de Pernambuco, um conselho formado para administrar a província acabou escolhendo Paes de Andrade para ocupar o cargo de presidente. No poder, ele tomou várias medidas que contrariaram o Imperador, selando a sua sorte na Confederação do Equador. Sem condições de resistir aos avanços das tropas imperiais, Paes de Andrade se refugiou na fragata inglesa Tweed, fundeada no porto, indo exilar-se em Londres. Lá viveu até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831. Ao retornar ao Brasil, voltou a se envolver na vida política da nação, com passagens importantes pela Câmara dos Deputados e Senado, chegando até mesmo a ocupar a presidência da província de Pernambuco, numa situação turbulenta, em meio à Guerra dos Cabanos (1832-35), atuando fortemente na repressão ao movimento. Em 1840, no Rio de Janeiro, Paes de Andrade foi procurado por um político pernambucano, que buscava apoio para o grupo de dissidentes, formado por parlamentares contrários ao regente Pedro de Araújo Lima, ligado aos Conservadores. A intenção desse grupo era derrubar aquela regência e antecipar a coroação do jovem Pedro II, então com 14 anos. Tramava-se o chamado Golpe da Maioridade. É de Paes de Andrade a célebre frase: “Tenho entrado em revoluções para derrubar, mas não para levantar reis. Assim o querem, eu os acompanho: mas talvez tenham de arrepender-se”. Faleceu no Rio de Janeiro em 1855.

2.3 Agostinho Bezerra Cavalcante e Souza

Natural da cidade do Recife, Agostinho nasceu em 1788. Ainda criança, sentou praça como soldado do Batalhão dos Henriques, formado por pretos. O batalhão tinha esse nome pois fazia referência ao herói da Restauração Pernambucana Henrique



Vista da cidade do Recife tomada do Forte de São João Batista do Brum.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-brasileira

Dias. Pela sua conduta, logo galgou posições naquele batalhão, chegando à posição de capitão do 4º Batalhão de Granadeiros dos Henriques. Antes de estourar a Revolução de 1817, ele ocupava o posto de tenente do batalhão dos Henriques. Na revolução, foi criado o batalhão de caçadores, e Agostinho foi elevado ao posto de capitão. Foi preso em maio daquele ano e remetido à Bahia. Quando foi posto em liberdade, ele voltou para Pernambuco. Aqui chegando, assumiu novamente a patente de capitão do mesmo batalhão. Agostinho atuou nos conflitos que antecederam a independência e, quando estourou a Confederação do Equador, ficou ao lado de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, sendo elevado ao posto de major. Agostinho Bezerra comandava o 4º Batalhão de Milícia, a artilharia dos Henriques. Ele não só se destacou por defender a república no seu momento de maior perigo, mas também por manter a ordem. Em um episódio particular dos eventos de 1824, quando o Recife sofria o bloqueio da esquadra do almirante Taylor, uma patrulha da marinha imperial desembarcou escondida no porto, entrando em conflito com funcionários do registro do porto. Esses acabaram mortos. Houve comoção popular e uma tentativa de saque geral no comércio. Foi nesse momento que Agostinho teria intercedido e impedido o levante, salvando assim os moradores do bairro comercial do Recife. Quando o governo revolucionário caiu, Agostinho e seus homens resistiram numa marcha que passou pela Paraíba, chegando ao Ceará. Em 29 de setembro de 1824 foi preso e, em 23 de dezembro, condenado à morte. Em sua defesa, um abaixo-assinado de negociantes da praça do Recife pediu a clemência imperial. Não foram atendidos. Agostinho morreu enforcado no dia 19 de março de 1825. No dia, um sábado, ele trajava branco do chapéu ao sapato; portava uma fita verde no chapéu e um laço amarelo nos sapatos. O lugar escolhido para o enforcamento foi o pátio das Cinco Pontas, que estava repleto de populares. Após um breve discurso, colocou ele mesmo a corda no próprio pescoço e pulou para a morte. Tinha 37 anos.

2.4 Emiliano Felipe Benício Mundurucu

Foi um militar de cor parda, como se definiu, que teve participação ativa nos conflitos políticos e sociais de Pernambuco. Na época da Revolução de 1817, atuava como Alferes no posto de ajudante de ordens. Em 1821, quando os antigos rebeldes de 1817 formaram a Junta de Goiana, Mundurucu tomou o partido desses e marchou contra as tropas do general português Luís do Rego Barreto. Foi ferido em combate e recompensado com o grau de major. O sobrenome “Mundurucu” foi incorporado ao seu nome em 1823, seguindo um costume comum entre os re-



Ilustração da HQ *Mundurucu na Confederação do Equador*, da Cepe Editora

volucionários das colônias americanas de adotar nomes de povos originários das Américas. Era uma forma de manifestar uma nova identidade, de caráter nacional, em detrimento aos nomes de origem europeia. No tempo da Confederação do Equador, Mundurucu serviu como comandante do 3º Batalhão de milícias. Junto com Agostinho Bezerra atuou como ajudante de ordens do exército rebelde. Mundurucu e Agostinho, juntamente com Frei Caneca, foram apontados como líderes da rebelião. Na história da Confederação do Equador, seu nome é lembrado por um grande motim que teria liderado. No dia 21 de junho de 1824, o porto do Recife continuava bloqueado por uma esquadra imperial. Alguns militares das tropas imperiais resolveram atacar a guarnição do registro do porto, resultando na morte de dois encarregados daquele serviço. Na manhã seguinte, teve um princípio de levante geral dos homens de cor contra os brancos. O plano era atacar e saquear o bairro comercial do Recife, espaço dominado pelos comerciantes portugueses e suas famílias. A intenção era vingar a morte dos dois encarregados. O major Mundurucu, à frente de seus comandados do batalhão dos pardos, chefiava o levante. Naquele dia, em meio às agitações e à movimentação



Para saber mais sobre
Emiliano Felipe Benício
Mundurucu, ver:

https://www.bbc.com/portuguese/extra/vploatz80t/mundurucu_segregacao_racial

de homens nas ruas da cidade, ouviu-se a seguinte quadrinha: “Qual eu imito a Cristóvão/Esse imortal haitiano/Eia! imitai a seu povo/O meu povo soberano”. Era uma clara referência ao herói negro Henri Christophe (no português, Henrique Cristóvão) uma das lideranças ativas no processo de independência do Haiti, contra o império francês, que chegou a se proclamar rei em 26 de março de 1811. Não custa lembrar que na independência haitiana, conseguida em 1804, depois de longa luta, os escravizados foram libertos. Mundurucu e seus comandados só não conseguiram levar os planos de um violento revide racial adiante porque o Agostinho Bezerra, também comandante negro, capitão do 4º Batalhão de Artilharia do Henriques, conseguiu interceptar o grupo e impedir que prosseguisse com os planos. Agostinho conseguiu dispersar os populares em revolta e fez com que as tropas retornassem para os quartéis, restabelecendo a paz e a ordem na cidade. No final da Confederação do Equador, Mundurucu conseguiu escapar das perseguições do exército imperial, passando um tempo escondido. Fugiu para Boston, nos Estados Unidos. Depois foi para o Haiti. Retornou para Boston e de lá foi para a Grã-Colômbia. Pouco tempo depois, voltou para Boston. Em 1835, viajou ao Brasil para retomar a sua carreira no Exército. Em 1841, retorna para Boston, onde morre em 1863. Um dado interessante da vida de Mundurucu é que ele é lembrado como sendo a primeira pessoa na história dos Estados Unidos a desafiar a segregação racial em um tribunal. O caso ocorreu em novembro de 1832, quando Mundurucu embarcou no vapor Telegraph, acompanhado da sua mulher Harriet e da sua filha Emiliana, de um ano de idade, em uma viagem que ia da costa de Massachusetts até a ilha de Nantucket. No trajeto, Harriet teve um mal-estar e, junto com sua filha, procurou abrigo numa área da embarcação exclusiva para mulheres. Porém, foram impedidas pois eram negras e a “cabine de senhoras” só era permitida para mulheres brancas. Isso fazia parte das práticas segregacionistas que separavam brancos das pessoas “de cor”, algo que vinha crescendo nos Estados Unidos. Mesmo tendo pago a passagem mais cara, a família de Mundurucu foi impedida de entrar naquele espaço. O capitão da embarcação teria dito: “sua mulher não é uma senhora. Ela é uma negra”. O assunto não acabou ali. O caso foi parar em um tribunal de Boston. Mundurucu processou o capitão por quebra de contrato. A ação judicial foi pioneira e o caso teve repercussão na imprensa. A atitude desafiadora de Mundurucu inspirou outros ativistas negros que lutaram contra o preconceito racial e pela justiça social.

2.5 O africano liberto Francisco Antônio da Costa

Até 1811, Francisco foi escravo de Dona Maria Lús Monteiro, quando negociou com ela a sua alforria, uma alforria do tipo condicional. Para se tornar um homem livre, a condição exigida era Francisco servir a sua senhora até a morte dela. Francisco, africano de *Nação da Costa da Mina*, tinha sido comprado ainda criança “em um lote de gentio da costa” e, segundo a sua ex-senhora, “criado com o amor de filho”.

A alforria veio pelos bons serviços que havia prestado. A carta de alforria, um documento, uma espécie de ritual legitimador do gesto da “generosidade” da sua senhora, foi registrada em 8 de novembro de 1811. Porém, com o tempo, a relação entre Dona Maria e Francisco entrara em choque quando esse se casa com a também liberta africana, a angolana Gertrudes, sem a permissão de sua antiga senhora. Francisco saiu da casa da antiga senhora e foi morar no Bairro de São José, onde montou uma venda. Não bastasse isso, em 1822, assentou praça voluntariamente no batalhão dos Henriques. Segundo um viajante inglês que esteve em Pernambuco, o batalhão dos Henriques era a milícia mais garbosa da província. Francisco, junto com seus companheiros de batalhão, tomou parte ativa na Confederação do Equador, destacando-se nos confrontos, tornando-se um famoso artilheiro ao manejar as baterias da fortaleza do Brum contra as tropas imperiais. Chegou a sair ferido em combate, pois possuía as “cicatrices com chagas vivas” que ganhou no combate contra as tropas imperiais. Francisco tinha servido no 4º Batalhão de Milícias da artilharia dos Henriques e o seu comandante, Agostinho Bezerra, foi um dos mártires da Confederação do Equador. Quando foi preso, ainda estava chamuscado de pólvora. Vale lembrar que, dentro da infantaria, a artilharia era a arma mais sofisticada, exigindo disciplina e conhecimentos de balística, do manuseio de pólvora e das partes mecânicas das peças. Mas a má sorte da revolução também selou o destino de Francisco. Isso porque, treze anos depois de sua libertação, sua ex-senhora travou uma batalha judicial para revogar a sua alforria, em um processo que correu no Tribunal da Relação, entre 1824 e 1828. Dona Maria alegava que Francisco teria casado sem a sua permissão, interrompendo inclusive os serviços que lhe prestava, e não lhe tinha mais respeito, pois nem tirava o chapéu em sua presença. Francisco teria agido com ingratidão e desobediência. O direito senhorial de revogar a alforria por ingratidão era algo que fazia parte da gramática senhorial para reescravizar libertos, sobretudo *libertos imperfeitos* africanos (esses excluídos de qualquer forma de cidadania, segundo a Constituição de 1824), como era o caso de Francisco. Sua alforria foi de fato suspensa, voltando ele à condição de escravizado. O que é interessante aqui é o seu envolvimento na Confederação do Equador. O caso de Francisco demonstra que, numa cidade escravista como o Recife, não faltavam negros e pardos que, na ausência de oportunidades, engajavam-se nas milícias e até no exército. Outros foram recrutados forçadamente.



Sobre o africano Francisco Antônio da Costa, ver: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. De cativo a famoso artilheiro da Confederação do Equador: o caso do africano Francisco, 1824-1828. In. *Varia História*, nº 27, Julho, 2002, p. 96-116.

https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b564e4c2f8564c3834347/1462457935253/05_Carvalho%2C+Marcus+J+M.pdf



VOCÊ SABIA? OS INDÍGENAS NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A cisão entre as elites políticas locais fez surgir outros protagonistas no cenário político que não se enquadravam facilmente nas relações clientelistas estabelecidas, nem suas ações eram determinadas apenas pelas contingências locais. Há casos bem interessantes na própria Confederação do Equador. A grande repercussão daquele movimento alterou o cotidiano das vilas e povoações das províncias envolvidas, dando novas dimensões ao jogo político das elites e de grupos sociais até então vistos como “subordinados”.

Em Pernambuco, epicentro dos acontecimentos de 1824, e principalmente na região norte da vizinha província de Alagoas, os conflitos também envolveram populações indígenas. Os indígenas dos aldeamentos de Barreiros e Cimbres (em Pernambuco) e Jacuípe (em Alagoas) tiveram participação ativa nos conflitos armados daquele ano, fazendo inclusive parte das tropas repressoras. Em 1817, os indígenas daquelas regiões já tinham contribuído com as tropas imperiais, engrossando as fileiras da força bélica responsável pela repressão daquela revolução. Indígenas também foram recrutados forçadamente para o serviço das armas, tanto pelas forças repressivas, como pelos rebeldes. É equivocado classificar os indígenas, nesse tipo de participação, como simples “massa de manobra” tutelada pelas mãos de figurões das elites locais. É interessante compreender as redes de relacionamentos com não-indígenas construídas nessas localidades e os acordos firmados entre esses povos e os líderes da repressão dessas revoltas. Havia motivações e leituras particulares daqueles indígenas ao se envolverem nos embates armados. Suas escolhas e ações políticas estavam relacionadas ao acesso coletivo aos territórios dos aldeamentos, à garantia de proteção contra o recrutamento forçado, como também contra outras formas violentas de arregimentar mão de obra, e à manutenção de certos direitos adquiridos. É possível dizer que, a partir de ganhos e manutenção de direitos que estavam relacionados à defesa das terras dos aldeamentos, à administração desses espaços e às inúmeras tentativas de recrutamento forçado que recaíam sobre a população masculina, esses indígenas se envolveram ativamente nos debates sobre projetos políticos então discutidos naquele cenário. Ali estavam em jogo interesses próprios e expectativas sobre o futuro. Mesmo dentro das malhas do clientelismo local, esses indígenas foram protagonistas de sua própria história, barganhando espaços de negociação sobre questões específicas, naquele momento crucial do processo de formação do Estado nacional brasileiro no século XIX.



ATIVIDADE SUGERIDA

O poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto escreveu, em 1984, um longo poema intitulado *O auto do Frade*. O poema conta o último dia de vida do Frei Caneca, os momentos que antecederam o seu fuzilamento. A leitura do texto permite não apenas analisar os aspectos históricos da narrativa, mas possibilita uma abordagem que dialogue com outras disciplinas, como a Língua Portuguesa. Há uma infinidade de possibilidades de se trabalhar esse poema em sala de aula. Uma proposta é dividir o trabalho com o poema em dois momentos. No primeiro, seria feita a leitura coletiva, discutindo as questões históricas do documento de modo a ver as diferentes interpretações que o poema suscitou nos estudantes. No segundo, o professor poderia organizar com a turma uma dramatização do poema, a ser socializada com os demais estudantes da escola.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e novembrada*. 2ª edição. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In. DANTAS, Monica (org.). *Revolutas, motins, revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 133-166.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. *Pernambuco de outr'óra, a Confederação do Equador*. Recife: Oficinas Gráficas de Publicações Oficiais, 1924.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *De cativo a famoso artilheiro da Confederação do Equador: O caso do africano Francisco, 1824-1828*. In. **Varia História**, nº 27, Julho, 2002, p. 96-116.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Cavalcantis e Cavalgados: A formação das alianças políticas em Pernambuco: 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, Vol. 18, n. 36, 1998, p. 331-65.

COSTA, Francisco Augusto Pereira. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981 (Col. Cidade do Recife, 16). Fac-simile da edição de 1882.

COSTA, Francisco Augusto Pereira. *Anais Pernambucanos*. Vol. 8. 2ªed. Recife: FUNDARPE, 1983.

COSTA, Francisco Augusto Pereira. *Anais Pernambucanos*. Vol. 9. 2ªed. Recife: FUNDARPE, 1983.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Os índios “fanáticos realistas absolutos” e a figura do monarca português: disputas políticas, recrutamento e defesa de terras na Confederação do Equador. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica (UFPE)*, Recife, nº 33.2, 2015, p. 49-73.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1824: Confederação do Equador*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: Da independência à Confederação do Equador*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1998.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Col. Perfis brasileiros).

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: Ensaio de história regional*. São Paulo: Editora do SENAC, 2001 (Série Livre para Pensar; 10).

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014 (2ª edição).

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Caneca do Amor Divino*. São Paulo: Editora 34, (Coleção Formadores do Brasil), 2001.

RODRIGUES, José Honório. Frei Caneca: a luz gloriosa do martírio. In. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, pp. 119-132.

SILVA, Luiz Geraldo. Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas “Províncias do Norte”. *Revista de História (USP)*, São Paulo, Vol. 158, 1º sem. de 2008, pp. 199-216.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Raquel Teixeira Lyra Lucena
Governadora do Estado

Priscila Krause Branco
Vice-Governadora

Ivaneide de Farias Dantas
Secretária de Educação e Esportes – SEE/PE

Tarcia Regina da Silva
Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação – SEDE

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA



Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA